

# Sinal verde para tribo

■ Índios xikrin são autorizados a explorar e comercializar madeira na Amazônia

Fernando Bizerra Jr.

MARCUS FERNANDO FIORI  
Agência JB

BELÉM – Pela primeira vez desde que o governo brasileiro definiu uma política indígena para o país, uma nação indígena está explorando e comercializando madeira de forma legalizada na Amazônia. A Terra Indígena Xikrin do Catete tem uma área total demarcada de 439.150 hectares e é rica em pelo menos 22 espécies de madeiras comerciais, com destaque para o mogno.

Os cerca de 700 índios xikrins que vivem na reserva distribuídos em duas aldeias, começaram a colher, há 20 dias, as 22 espécies de madeiras comerciais da região, inclusive o mogno, cuja extração foi suspensa pelo governo federal. Ontem, os ministros da Justiça, José Gregori, e do Meio Ambiente, José Sarney Filho, além dos presidentes do Ibama, Marília Marreco Cerqueira, e da Funai, Glênio Alvarez, foram à aldeia dos xikrins para conhecerem o Projeto de Manejo Florestal dos Índios Kayapó-Xikrin da Comunidade de Catete.

Extraír e comercializar madeira em terras indígenas não é novidade na Amazônia. Os próprios índios ou extraem ou permitem que madeiras clandestinas o façam. O problema é que, pela forma convencional, a exploração não é auto-sustentada e um caminhão de mogno vale para os índios cerca de R\$ 200,00. Com o projeto, os índios vão ganhar 40 vezes mais e a floresta não será aniquilada.

Dos quase 440 mil hectares da Terra Indígena Xikrins do Catete, apenas 10% (44 mil hectares) serão utilizadas para a extração de madeiras. Esses 44 mil hectares foram divididos em 30 parcelas



Ministro José Gregori esteve na aldeia para ver de perto o projeto para exploração de madeira

com cerca de 1.450 hectares cada uma. Uma parcela será explorada anualmente com utilização de técnicas não depredatórias principalmente no que diz respeito à derrubada das árvores.

ISA – Uma árvore adulta pode destruir até 80 árvores jovens ao ser derrubada. “Queremos reduzir esse número para menos da metade com a técnica da queda direcionada”, explicou o engenheiro florestal Maximiliano Roncoletta, do Instituto Sócio-ambiental (ISA), organização não-governamental que idealizou o projeto em parceria com o governo federal e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

Explorando uma parcela anual ao longo de seis a oito meses por ano, a primeira parcela só será explorada novamente depois de 30

anos, tempo suficiente para que a floresta se recomponha naturalmente, segundo estudos dos técnicos envolvidos no projeto.

“Acredito que, com a legalização do projeto, não será preciso intensificar a fiscalização na terra indígena”, analisou a presidente do Ibama, Marília Marreco. “Pelo contrário, pelo projeto os próprios índios vão fiscalizar a área e acredito que os madeireiros preferam cair nas mãos dos fiscais e serem multados a cáerem nas mãos dos indígenas.

Os pesquisadores estão treinando os índios em diferentes áreas para que, num futuro próximo, eles possam tocar o projeto sem o auxílio dos brancos. Foram identificados silvícolas com potencial para o aprendizado de contabilidade, técnicas de comercialização, técnicas de mane-

jo florestal etc. Eles se reuniram numa associação, a Associação Bep-Nói de Defesa do Povo Xikrin do Catete, que vai gerenciar o programa.

Técnicos do ISA estão trabalhando também a defesa da fauna. Com o corte de árvores dentro das especificações técnicas recomendáveis - acima de 45 centímetros de diâmetro -, os pesquisadores acreditam que, em 30 anos, a parcela explorada estará totalmente regenerada e apta a ser colhida novamente.

Cada parcela deve render cerca de 7 mil metros cúbicos de madeira por ano. Este ano, a colheita deve chegar a apenas mil metros cúbicos e uma empresa francesa já garantiu a compra do produto, que deverá render R\$ 100 mil aos xikrins catetes.